

As urgências desumanizadoras do consumismo na moral ultraliberal

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo aborda a tentativa ultraliberal de afirmar a predominância da lógica econômica sobre os demais aspectos da vida humana, inclusive motivando-lhe percalços que certamente são bastante prejudiciais para a preservação da sua integridade psicofísica e de sua saúde como um todo.

Palavras-chave: Economia; Consumo; Mercado; Governança.

The de humanizing urgencies of consumerism in ultraliberal moral

Abstract:

The article discuss the ultraliberal attempt to affirm the predominance of economic over other aspects of human life, including causing mishaps that are certainly very harmful to the maintenance of his psychophysical integrity and health as a whole.

Key words: Economy; Consumption; Market; Governance.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor do Curso de Administração da FACC-UFRJ

Esquecidos os bens de primeira necessidade, cada vez mais a demanda já não incide sobre bens de grande utilidade, e sim sobre bens de alta futilidade (LATOUCHE, 2009, p. 18)

Introdução

A pandemia da Covid-19 deixa um legado catastrófico para a humanidade que vivencia um processo violento de decomposição da Modernidade. Apesar dos esforços epidemiológicos dos profissionais de saúde, da aplicação de inevitáveis medidas restritivas pelas autoridades competentes e da ocorrência de ações solidárias e empáticas dos mais diversos atores sociais no esforço para a mitigação dos efeitos deletérios motivados pela contaminação global pelo coronavírus, percebemos a tendência egoísta de pessoas ruidosas e autocentradas em se colocar o interesse individual acima do bem comum, em uma sôfrega busca por satisfação narcísica dos desejos sem qualquer consideração pela saúde pública. É fato que tais posturas estúpidas encontraram respaldo moral em lideranças governamentais caracteristicamente sociopatas que desdenharam continuamente dos malefícios da Covid-19 em nome de um projeto político necrófilo e desumano que visa apenas preservar a hegemonia econômica do empresariado em relação ao restante da sociedade.

Os procedimentos técnicos para conter a disseminação do coronavírus e seu lastro de contaminação social sofreram constantes ações orquestradas por grupos autoritários, niilistas, obscurantistas e reacionários para não apenas desacreditar as evidências científicas, mas também para desmoralizar políticas públicas comprometidas com o enfrentamento competente à Covid-19. Aglomerações

humanas em ocasiões fúteis, ausência de cuidados assépticos basilares, praias lotadas, liberação para consumo nos bares, reabertura de shoppings, dentre tantos outros casos de ações idiotas de pessoas cujos critérios morais consistem apenas na satisfação das suas inclinações grosseiras testificam a nossa derrota civilizacional, apesar do legado iluminista e republicano que constitui (talvez parcamente) nosso espírito moderno. Assim, a relação entre flexibilização das atividades econômicas, relaxamento do isolamento social e irracionalismo político constituem um eixo integrado que, ao fim e ao cabo, resultam na putrefação da ideia de boa sociedade e de seu inerente bem-estar social, nem sempre concretizado. Prevalece a ideia de indivíduo absoluto, sem qualquer consideração para com o próximo, e o gozo acima de tudo e de todos é o fim maior desse estilo de vida que revela a degradação das nossas instituições republicanas. Contudo, apesar da devastação que a pandemia da Covid-19 gerou em nossas estruturas sociais, precisamos recolher desses tristes momentos experiências úteis para a reconfiguração de alternativas de gestão política para o porvir, que tenha a democracia substantiva como o parâmetro para uma governança comprometida com o bem-estar humano. Escrever tais linhas, portanto, é um exercício de enfrentamento em relação aos problemas concretos e orientações ideológicas que precisamos superar.

Pandemia e consumo

Ao tratarmos o problema do consumo na vida humana, não pretendemos, de maneira alguma, apresentá-lo como uma questão desprovida de dignidade e importância na construção da sociedade. Afinal, o consumo é parte indissociável de nossa existência e não podemos nos nutrir apenas de ar e de luz solar. Precisamos de alimentos, roupas, bebidas, bens materiais, utensílios, produtos, serviços. O consumo é elemento constituinte de nossa personalidade e revela bastante aspectos daquilo que somos ou imaginamos ser. Uma investigação abrangente sobre o consumo exige intercâmbio entre os saberes antropológicos, comunicacionais, sociológicos, psicológicos, econômicos, ecológicos, axiológicos, éticos, religiosos, jurídicos e muitos outros eixos epistêmicos. O que criticamos no presente texto é a transformação do consumo no fenômeno por excelência da vida humana, conforme imposto pelo crivo ultraliberal de um regime capitalista completamente afastado de um projeto de composição democrática da vida social, no qual o ser humano só encontra relevância ao ser produtivo e também enquanto figura direcionada para o consumo que movimentam a roda vertiginosa do mercado. Para aqueles que não conseguem inserção nesse processo autofágico, para os consumidores falhos, resta apenas a perda de direitos sociais e a anulação concreta perante o sistema normativo de poder que elimina os seres humanos descartáveis. Segundo Bauman,

Uma vez que o critério da pureza é a aptidão de participar do gozo consumista, os deixados fora como um “problema”, como a “sujeira” que precisa ser removida, são

consumidores falhos – pessoas incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor porque lhes faltam os recursos requeridos, pessoas incapazes de ser “indivíduos livres” conforme o senso de “liberdade” definido em função do poder de escolha do consumidor (BAUMAN, 1998, p. 24).

A emergência sanitária da pandemia da Covid-19 exige que reflitamos qual a nossa meta mais urgente em uma situação tão asfixiante. A sobrevivência é certamente o foco maior de cada pessoa consciente do grande mal que nos assola. Por conseguinte, não faz sentido que postulamos de forma irresponsável o direito de ir e vir sem qualquer compromisso social, assim como é mister que modifiquemos nossos hábitos prosaicos, tornando-os mais simples e frugais. A poupança de recursos materiais é uma exigência prática para que tenhamos que nos expor o mínimo possível em público, seja nos mercados, farmácias ou quicá serviços utilitários essenciais. Essa disciplina foi constantemente mitigada pela adequação das orientações públicas ao lobby empresarial que exigia flexibilização das atividades econômicas mesmo sem as devidas garantias sanitárias, e assim a sanha consumista apresentou sua conexão com as pulsões de morte. O ato de consumir se torna assim a expressão de uma liberdade individual represada por medidas epidemiológicas absolutamente necessárias, mas que são consideradas, nessa perspectiva sociopata de vida, como situações que atentam violentamente contra as inclinações narcísicas de pessoas que não estabelecem relações sociais regidas pelo reconhecimento da alteridade. “Consumo, logo existo”. Essa fórmula reproduz com exatidão o fator

determinante do imaginário do indivíduo autocentrado que não aceita nenhum tipo de cerceamento aos seus desejos e que compreende como inimigo fígadal qualquer ator social ou instituição que se interponha entre seus desejos e a possibilidade de satisfazê-los o mais imediatamente possível. Para Gilles Lipovetsky,

O hiperconsumismo desenvolve-se como um substituto da vida que almejamos, funciona como um paliativo para os desejos não realizados de cada pessoa. Quanto mais se avolumam os dissabores e as frustrações da vida privada, mas a febre consumista irrompe a título de lenitivo, de satisfação compensatória, como um expediente para “reerguer o moral” (LIPOVETSKY, 2007, p. 30).

Nesse ponto cabe a análise sobre o mito da dita “soberania do consumidor” tão ao gosto do credo ultraliberal.¹ O erro primordial dessa ideologia consiste na prevalência da ideia de consumidor como a categoria maior do ser humano, em detrimento de outros atributos e faculdades substantivamente essenciais, como a racionalidade, a passionalidade ou a sensibilidade. Podemos afirmar que sequer existe essa pretensa soberania do consumidor, pois os seus desejos são colonizados pela publicidade e pela espiral da moda, e os produtos ofertados

no mercado são preestabelecidos pela indústria e pelo comércio. Cabe ainda ressaltar que mesmo o processo moderno de customização de produtos na tentativa de singularizá-lo ao gosto pessoal do “consumidor 4.0” não favorece plenamente a liberdade plena do sujeito, pois as bases de configuração do bem almejado já são estabelecidas pela produção industrial. Investindo ainda mais nessa questão, podemos até mesmo questionar a própria noção de indivíduo. O dispositivo capitalista pressupõe nossa capacidade pessoal de escolha, mas sequer sabemos até que ponto as decisões individuais são efetivamente conscientes ou não, ou mesmo se existe um sujeito unívoco por trás das ações. Talvez sequer exista o “indivíduo”. Obviamente que essa discussão exige que enveredemos para questões psicanalíticas ou neurolinguísticas mais profundas que fogem ao escopo do texto, mas de todo modo merecem consideração no processo de crítica da própria ideia metafísica de sujeito e nas suas inerentes decisões e comportamentos. O consumismo gera impactos não apenas em nossa frágil vivência social, mas também no meio ambiente. Félix Guattari argumenta que

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opera uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Esta revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo (GUATTARI, 1990, p. 9).

¹ “Na economia de mercado, as melhores pessoas são forçadas pela ação do sistema de lucro e prejuízo a servir às preocupações de todo mundo, inclusive as hordas de pessoas inferiores. Neste quadro, as situações mais desejáveis só se podem alcançar com ações que beneficiem a todos. As massas, na qualidade de consumidores, em última instância determinam as receitas e riquezas de todos. Elas confiam o controle dos bens de capital àqueles que sabem como empregá-las para a sua própria satisfação, isto é, para a satisfação das massas” (MISES, 2017, p.138)

O imperativo libidinal consiste em gozar sempre, mesmo que para isso coloquemos em risco nossa saúde e a de outrem. Muitas pessoas apresentavam como justificativa estapafúrdia para os seus atos temerários a impaciência em esperar a diminuição da curva pandêmica, pois longo tempo se passou desde o início das medidas sanitárias restritivas e pouco efeito positivo ocorreu na esfera social. Assim, as inclinações desiderativas e o afã por comprar, consumir e gozar estimulam a negação das orientações médicas por isolamento social, cuidados assépticos e mesmo uma inevitável parcimônia que nos ajuda a repensar o *modus operandi* de nossa sociedade de consumo, dispendiosa e irresponsável. Axel Honneth argumenta que

Onde há suficiente riqueza não se tem o menor esforço em reduzir o consumo por motivações de caráter ético. Os consumidores, aparentando evidente orgulho, investem o máximo possível em bens de luxo cuja única função é mostrar a lacuna entre eles e as classes mais pobres (HONNETH, 2015, p. 412).

Com efeito, uma pandemia nos faz rever o padrão produtivo e toda a dinâmica de serviços da gestão capitalista, em nome de práticas mais sustentáveis e comprometidas com a preservação ecológica e a afirmação da qualidade de vida dos trabalhadores, polos constantemente violados pela precarização e devastação impostas pela agenda ultraliberal que flexibiliza leis ambientais e leis trabalhistas. Para tanto, a superação da obsolescência programada é um procedimento fundamental para refrearmos a sanha produtivista-consumista imperante no capitalismo tardio e que gera tantos

transtornos incontornáveis para a biosfera terrestre. André Gorz salienta que

Em mercados virtualmente saturados, a única forma de crescimento possível era a rapidez com que se sucediam os gostos, as preferências e as modas. Não se tratava simplesmente, para as empresas, de “responder” de maneira quase instantânea à “demanda” cada vez mais volátil dos clientes: deviam adiantar-se a ela, acentuar, criar a volatilidade, a inconsistência, o caráter efêmero das modas e dos desejos, opor-se a toda normalização e a todo senso de normalidade. (GORZ, 2004, p. 37).

Por isso comprovamos a importância socioambiental do reaproveitamento de recursos, a valorização da reciclagem, o incentivo para práticas artesanais e mesmo o fortalecimento do espírito de troca e de doação daquilo que não mais queremos, mas que talvez seja deveras útil para outrem. Nos períodos de recessão econômica, o “decrescimento sereno” é uma tática viável para que possamos aproveitar mais e melhor as coisas que temos e direcionar o sistema produtivo para as necessidades materiais fundamentais para a saúde e a qualidade de vida da sociedade. Por isso tempos pandêmicos exigem uma reflexão sobre a autonomia empresarial e estimulam alternativas intervencionistas na economia e gerenciamento público na produção de mercadorias. A liberdade industrial/comercial deve ser relativizada e direcionada para satisfazer as demandas imediatas da população. Contudo, para que esse mecanismo frugal obtenha êxito, é imprescindível uma reeducação para o consumo. É inegável as influências do discurso da moda e da publicidade na composição da dimensão desejante da sociedade,

com seus sonhos, fetiches, aspirações por reconhecimento ou adições existenciais. Contudo, apesar de seus impactos muitas vezes deletérios na subjetividade pessoal, nem por isso pretendemos eliminar tais discursos de nossa conjuntura sociocultural, mas podemos adequá-los para a formação de uma estrutura civilizacional mais sustentável, menos dispersiva, menos fútil. Ignacy Sachs argumenta que

Infelizmente, o crescimento econômico promovido pelas forças do mercado traz, mesmo quando bem-sucedido em nível econômico, resultados sociais opostos aos almejados: as diferenças sociais aumentam, a riqueza se concentra na mão de uma minoria, com marginalização simultânea de uma parcela importante da população (SACHS, 2008, p. 118).

Reforce-se aqui a ideia de que não visamos estabelecer valorações moralistas acerca da relação entre consumo, sociabilidade e categorias afins, mas analisar os seus impactos imediatos na vida humana e de que maneira a necessidade de afirmação individual mediante a participação nesses processos é imputada, na dinâmica capitalista, como uma expressão de maior dignidade pessoal. Pessoas que não participam plenamente da cadeia do consumismo são estigmatizadas como economicamente inviáveis, como desprovidas de requinte e de legitimidade estética, e assim passíveis de julgamentos normativos, críticas. As técnicas de sedução da moda e da publicidade sabem muito convenientemente se aproveitar da necessidade ordinária do ser humano por aceitação social para transmitir seus estímulos para compra dos produtos adornados com as qualidades

extraordinárias que tanto potencializam as propriedades pessoais dos seus detentores.

Liberalismo esfarrapado

O uso de máscara nas vias públicas, as medidas assépticas fundamentais, as restrições de aglomerações multitudinárias e as determinações de distanciamento social são procedimentos técnico-científicos, fundamentais para se refrear o contágio pelo coronavírus. Não são parte de um projeto comunista para dominar o mundo, como ideólogos da direita xucra apregoam para o seu rebanho de zumbis. Essa mesma horda autoritária e antidemocrática clama pelo fechamento do regime, pela intervenção militar, pelo “direito de não ter direitos”, pelo controle estatal sobre o corpo das mulheres estupradas. A reconfiguração fascista em nossa insurgência ultraliberal é assim um nihilismo absoluto, onde a morte da sociedade é o objetivo maior. Essa chusma política de ódio, ressentimento e obscurantismo anseia pelo deserto social e goza com a morte e o sofrimento de todos aqueles que são despojados do direito de viver.

Ao longo da pandemia da Covid-19 afloram cada vez mais interpretações distorcidas do liberalismo sócio-político que criticam a imposição governamental de cada cidadão ser obrigado a usar máscara nas vias públicas, proibição de aglomerações e todas as demais medidas preventivas necessárias. Tanto pior, critica-se até mesmo a obrigatoriedade da aplicação da vacina na população. O que temos hoje sequer é um reflexo pálido do liberalismo clássico, que defendia a dignidade política e jurídica da pessoa humana, assim como sua liberdade de expressão, seu direito de ir e vir e sua autonomia de ação (desde que a integridade de outrem não seja

lesada). A reconfiguração ideológica do ultraliberalismo estabelece um sujeito plenipotenciário, que não deve se responsabilizar por ninguém e talvez sequer por si mesmo. Uma pessoa que se recusa a adotar medidas assépticas para evitar as probabilidades de contaminação viral ou que se recusa a tomar uma vacina, em nome da sua liberdade de ação, coloca em risco não apenas a si mesmo, mas também ao próximo e temos assim um impasse moral. Se o indivíduo, ao agir de maneira irresponsável, apenas prejudicasse a si mesmo, cometeria indubitavelmente uma atitude estúpida e lamentável, mas que deveria ser acatada; No entanto, quando em seus atos egoístas afeta diretamente a saúde de outrem, temos aí de um crime contra a saúde pública e, por conseguinte, contra a sociedade. Sabe-se claramente que muitas pessoas são assintomáticas e que apresentam carga viral baixa, o que não as impede, todavia, de transmitirem o coronavírus para as pessoas ao seu redor. A estupidez dos liberalóides, associada com um requinte cruel de misantropia e de cretinismo moral que lhes é intrinsecamente, não lhes permite compreender que as medidas restritivas e as precauções sanitárias adotadas visam, ao fim da pandemia da Covid-19, favorecer o retorno da pujança social, a tão ansiada retomada da economia e quiçá o fortalecimento dos laços solidários do civismo democrático e do engajamento coletivo para com a esfera pública.

O ultraliberalismo econômico dissociado da dimensão democrática estimula a forja de um caráter social que enxerga a figura do outro como um inimigo na qual não podemos confiar. Mais ainda, exclui do campo da avaliação moral qualquer necessidade de

responsabilidade para com as demais pessoas, exceto quando estas nos são materialmente úteis. Diminuindo nossa dimensão ética de valoração, o projeto ultraliberal fragmenta a experiência de uma democracia efetiva que pressupõe o engajamento coletivo na organização e na participação da esfera pública. Conforme aponta Rubens Casara,

A liberdade acaba reduzida à liberdade de ter, que reduz todos os direitos ao direito de propriedade, ao mesmo tempo em que rejeita os laços de solidariedade social (CASARA, 2020, p. 62).

Não somos assim obrigados a fazer nada por ninguém desconhecido, caso não queiramos. O egoísmo é categorizado como uma virtude fundamental. A dimensão econômico-financeira se torna o foco por excelência na condução da vida do sujeito autocentrado, e os direitos pessoais são enfocados no direito ao gozo, direito ao consumo de bens e de serviços sem qualquer contraparte moral (o que é bastante anacrônico em um mundo que paulatinamente, com todas as suas falhas organizacionais e contradições sociais, visa cada vez mais promover o senso global de solidariedade). Por isso, para a mentalidade ultraliberal, o consumidor é o cidadão por excelência, pois seu poder econômico, assim como sua capacidade de compra ou de recusa da compra são considerados os pilares da organização social e das orientações empresariais. A cidadania republicana (constituída pelo binômio de direitos-deveres, pelo reconhecimento do primado do social em relação ao individual e pelo reconhecimento dos laços fundamentais de solidariedade que promovem a superação do aspecto puramente privado da vida) é assim cindida e o itinerário existencial do

sujeito de consumo se orienta apenas para a realização dos seus apregoados direitos pessoais de fruição de recursos e consequente prazer sensório que ninguém pode, conforme seu tacanho juízo, cercear. O único dever do cidadão ultraliberal é consumir, pois assim seu dispêndio financeiro movimentava a economia, o grande critério de valoração moral nessa esfera produtora de indiferença e isolamento interpessoal. O indivíduo é tudo, a coisa pública é nada. Como o ser humano não é autossuficiente, o poder aquisitivo é o recurso que concede ao sujeito os meios que lhe dão maior capacidade de preencher suas demandas materiais, e assim conquistar a ansiada “felicidade”, felicidade” essa mediada pelo consumo. Tal como muito bem exposto por Erich Fromm,

Em resumo, consumir é uma forma de ter, e talvez a mais importante da atual sociedade abastada industrial. Consumir apresenta qualidades ambíguas: alivia ansiedade, porque o que se tem não pode ser tirado; mas exige que se consuma cada vez mais, porque o consumo anterior logo perde a sua característica de satisfazer. Os consumidores modernos podem identificar-se pela fórmula: eu sou = o que tenho e o que consumo (FROMM, 1987, p. 45).

Não obstante o elevado índice de contágio e de letalidade da Covid-19, somado ao fato de que nenhuma infraestrutura hospitalar consegue dar conta das demandas dos pacientes, é uma irresponsabilidade total a flexibilização das atividades econômicas e o relaxamento das medidas restritivas de circulação social. O que deveria ser exceção torna-se regra. No fundo o que se celebra nas festas impudicas, nas aglomerações nas praias e nos centros

de consumo é a morte, pois o luto pelas incontáveis perdas humanas permanece restrito apenas para aqueles que sofrem na carne dessa situação. É indecente o retorno de atividades esportivas diante do quadro epidemiológico gerado pela Covid-19. Contudo, as pressões empresariais e os negócios espetaculares se sobrepõem ao sofrimento psicofísico daqueles que foram afetados pelo coronavírus. Nesse contexto, a vida inevitavelmente pode parar, mas a economia não. Afinal, pessoas morrem todos os dias e são facilmente substituídas por outras que talvez aceitem ganhar menos por maior carga de trabalho em condições insalubres (“mais empregos, menos direitos”), enquanto empresas sólidas são fartamente auxiliadas com dinheiro público para que não entrem em falência e possam sobreviver aos ciclos de crise. Para uma governança ultraliberal, autoritária, anti-humanista e plutocrática, a morte em massa de cidadãos, se por um lado provoca problemas econômicos de diminuição de consumo social, por outro desonera a folha previdenciária da máquina estatal. O cidadão que deseja subsistir e ter acesso aos serviços de saúde deve pagar por eles, dando provas assim de seu anseio em investir, com sacrifício e com empenho moral, naquilo que lhe proporcionará maior conforto material e segurança ontológica em uma dinâmica de mundo cheia de incertezas, frustrações, perigos e transtornos contínuos. A felicidade do indivíduo ultraliberal consiste em não depender da assistência pública, pagando assim pelos serviços essenciais para a organização de um bom modo de vida. Para ser um “cidadão perfeito” basta então pagar pelo que é imputado como fundamental para sua vida cheia de muros e

desconectada das contingências do mundo.

Considerações finais

Através da insurgência ultraliberal e seu processo de espoliação da coisa pública e das suas organizações institucionais, cada vez mais a economia se dissocia da estruturação democrática da sociedade. Por isso o empresariado acanhado apoia despididamente governanças aclamadoras de práticas ditatoriais, obscurantistas e fascistas pois depende dessa força bruta militarizada para melhor impor seu sistema de dominação sobre a esfera pública e os trabalhadores, desprovidos de direitos e garantias constitucionais. A rentabilidade financeira do empresariado (os grandes sócios da plutocracia autoritária infiltrada nos poderes governamentais) está acima da dignidade humana, do comprometimento com a coisa pública, com o bem comum, com os cuidados razoáveis com o meio ambiente. A única liberdade defendida pela plutocracia é a liberdade individual de se submeter ao regime de trabalho precarizado e consumir produtos cada vez mais inflacionados em um mercado que prospera com as grandes crises estruturais do capitalismo. Enquanto as grandes massas entram em estado de pauperismo durante a pandemia, os grandes conglomerados empresariais obtêm altas taxas de lucratividade que não são repassadas para a sociedade. Aliás, são as corporações bilionárias, os bancos e os grandes detentores do capital financeiro que recebem as benesses governamentais da gestão autoritária-plutocrática que vigora em nosso déficit democrático.

Percebemos assim que não há qualquer possibilidade de conciliação social com uma máquina política que governa em favor de uma elite asséptica, distanciada das necessidades fundamentais da sociedade, e que enriquece mediante a destruição de trajetórias de vida, pessoas concretas, aniquiladas diariamente para que o grande sistema do capital se perpetue.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- CASARA, Rubens R. R. **Bolsonaro: o mito e o sintoma**. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FROMM, Erich. **Ter ou Ser?** Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.
- GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. Trad. de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.
- GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Trad. de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.
- HONNETH, Axel. **O Direito da Liberdade**. Trad. de Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. Trad. de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade da decepção**. Trad. de Armando Braio Ara. Barueri: Manole, 2007.
- MISES, Ludwig von. **O fundamento último da ciência econômica**. Trad. de Nelson Dias Corrêa. Campinas: Vide Editorial, 2017.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

Recebido em 2020-09-10
Publicado em 2020-09-21